



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 062/063

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 062

52ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 06

Grande Expediente:

Dia Nacional da Itália

Autor da Proposição:

Dep. Cleiton Kielse 08

Orador:

Sr. Ricardo Batisti 09

Pequeno Expediente:

Dep. Neivo Beraldin 10

Dep. Pastor Edson Praczyk 11

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Neivo Beraldin 10

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 11

Discussão / Votação:

Redação Final 12

2ª Discussão 12

1ª Discussão 14

Requerimentos 16

Encerramento da Sessão 16

Transcrições 16

DIÁRIO Nº 063

53ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva.....19

Presenças.....19

Abertura da Sessão19

Expediente:

Requerimentos 19

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

Redação Final 20

3ª Discussão 21

2ª Discussão 23

1ª Discussão 23

Requerimentos 24

Encerramento da Sessão24

Transcrições.....24

DIÁRIO Nº 062**52ª SESSÃO ORDINÁRIA****4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
31 DE MAIO DE 2006***(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Neivo Beraldin e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (36). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Edson Strapasson, Elza Correia, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca e Tadeu Veneri (17); e em viagem representativa o Sr. Deputado José Domingos Scarpellini (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Indicações**

INDICAÇÃO Nº 015/06

Senhor Secretário:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja aprovada a presente indicação contendo a sugestão de alteração da lei de regência do Imposto Sobre a Transmissão *causa mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, que vige desde 1988, sem qualquer aperfeiçoamento ou invocação que lhe conceda um caráter modernizante e mais justo, obedecidos os princípios constitucionais, especialmente o da capacidade contributiva, já que no formato atual da lei citada há um flagrante desrespeito ao mencionado princípio.

Sugerimos então, que se verifique a inclusão da progressividade, aos moldes do atual ICMS, até o máximo de 4%, assim como um abatimento de um percentual a ser estudado e fixado nas hipóteses em que os bens ou direitos estiverem gravados por dívidas reais.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A modernização da política tributária no âmbito estadual é necessária e urgente. O ITCMD carece de uma reforma que lhe empreste um caráter mais justo. A progressividade e a fixação de uma base de cálculo ajustada, face os efeitos de dívidas sobre os bens e direitos, são dois exemplos claros desta possibilidade.

INDICAÇÃO Nº 16/06

Exmo. Sr. Diretor Presidente da Copel

O Deputado Augustinho Zucchi dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o seguinte:

I - todos sabemos que a agricultura nacional enfrenta mais uma crise agravada pelas intempéries e outros advenços como: a febre aftosa, a gripe aviária, a questão cambial com crescente queda nos preços dos produtos agrícolas. Este quadro é, decorrente da improvisação das políticas públicas adotadas em nosso país, que historicamente não reconhecem a importância da nossa agropecuária para a economia do país. Sem a decisão política de que a agricultura é uma questão de segurança nacional, ficamos sempre à mercê do mercado. Por isso, sem preço, sem segurança e planejamento para produzir, vamos alternando períodos de crise, o que dificulta aos nossos produtores rurais cumprirem integralmente com seus compromissos nos prazos estabelecidos;

II - diante do exposto acima, vimos à presença de V. Sa. para solicitar a prorrogação pelo prazo de 02 (dois) anos, da parcela vincenda no ano de 2006, do Programa Luz no Campo.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1398

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1397

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 01 de junho (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interestício.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1395

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja designada a data de 27 de junho de 2006 - terça-feira, para a realização de Sessão Solene comemorativa ao 29º aniversário da Agência do Trabalhador de Curitiba, comunicando-se ao Cerimonial, para as devidas providências.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Com sede à rua Dr. Pedrosa nº 44, a Agência do Trabalhador de Curitiba, fundada em 27 de junho de 1977, foi a primeira agência do Estado vinculada ao Sine - Sistema Público de Emprego do Programa Federal do Ministério do Trabalho e Emprego.

Tendo como missão principal o desenvolvimento de ações visando a geração de emprego, trabalho e renda para inclusão social dos cidadãos em todos os segmentos, a Agência do Trabalhador de Curitiba tem batido todos os recordes de encaminhamento de pessoas que necessitam de emprego no Estado do Paraná, razão pela qual é referência nacional na sua área de atuação.

Com uma estrutura constituída pela Agência Central e mais sete postos distribuídos pelos bairros da Capital, a Agência do Trabalhador desenvolve programas de informações sobre o mercado de trabalho, intermediação

de mão-de-obra, encaminhamento para cursos profissionalizantes e serviços eventuais, habilitação para seguro-desemprego, acesso ao microcrédito, através do Banco Social e, recentemente, implantou o serviço social, que atende de modo individualizado os trabalhadores em situação de vulnerabilidade ou risco social, encaminhando-os para qualificação profissional.

Assim, pelos excelentes serviços que vem prestando ao Estado e à sociedade, a Agência do Trabalhador de Curitiba e seu corpo de funcionários faz-se merecedora dessa homenagem, que temos a honra de propor.

REQUERIMENTO Nº 1391

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER o envio de voto de congratulações ao Embaixador da Itália no Brasil, Exmo. Sr. Michele Valensise, em razão das comemorações da Data Nacional da República da Itália.

No dia 02 de junho comemora-se o Dia da República da Itália. Hoje, 31 de maio, o Embaixador Michele Valensise e a esposa oferecem recepção comemorativa da data, na Embaixada Italiana no Brasil.

O povo italiano participou da formação deste nosso Estado, contribuindo com seu trabalho para o nosso crescimento e desenvolvimento.

No Brasil, a primeira colonização italiana começou por volta de 1860. No Paraná, começaram a chegar os primeiros italianos por volta de 1872, e com maior intensidade de 1875 a 1900.

Os primeiros imigrantes italianos destinados ao Paraná desembarcaram em Paranaguá, situando-se em Porto de Cima, São João da Graciosa, e mais tarde, em Alexandra, Morretes e arredores. Devido ao clima e ao solo daquela região, que não se adaptava ao tipo de cultura a que estavam habituados, optaram pelo direito que lhes cabia de mudar duas vezes. Com muita dificuldade, deixaram o litoral, subiram a serra. Depois de três dias de exaustiva viagem, a pé, carregando seus poucos pertencentes, chegaram ao planalto, em Curitiba, onde ouviam dizer que as terras eram mais semelhantes com de sua terra natal, a Itália.

Em Curitiba, alojados em barracões, alguns tiveram permissão para ocupar uma planície contígua à cidadezinha, hoje bairro Água Verde. Outros, em conjunto, conseguiram comprar quinze lotes ao norte, a sete quilômetros onde iniciaram a colônia de Santa Felicidade. Isso foi em meados de 1878. O nome foi em sinal de gratidão para a dona dos terrenos, a Sra. Felicidade Borges, que tanto os havia favorecido.

No começo tudo foi difícil. Sentiam a falta das estradas, de meios para derrubar a mata e para a semeadura. Mas, não faltou coragem e até a alegria por terem, enfim, seu pedaço de chão para plantar e viver.

Hoje, os descendentes desses italianos que se espalharam por todo o Paraná, contribuem de forma impor-

tante, em todas as áreas de atividades. A obra humana da imigração, de todos os povos que aqui vieram, é resposta eloqüente do homem buscando melhor qualidade de vida, construindo a nacionalidade brasileira.

Os italianos que vieram ao Paraná cultivaram terras, construíram fábricas, edificaram cidades, e principalmente, contribuíram para a formação da identidade nacional. Os descendentes dos italianos estão distribuídos em todos os municípios do Estado e, juntamente com os portugueses, espanhóis, alemães, poloneses, japoneses, russos, judeus, índios, negros e outras etnias, constituíram e constituem o povo paranaense, reconhecido por sua riqueza étnica. Nossos antepassados chegaram aqui italianos e se fizeram brasileiros.

O Sul do Brasil ficou um pouco mais italiano. Aqui realizou-se um dos processos de integração étnica e cultural mais extraordinários do mundo contemporâneo. Segundo Mário Gardelin, é a mais bela e bem-sucedida distribuição de terras, pagas, base para novas expansões, da história recente da humanidade.

A história do nosso país tem ensinado uma pungente e inesquecível lição. Os imigrantes vieram para as terras brasileiras e paranaenses como novos descobridores. Descobridores, sim, porque aqui chegaram movidos por um impulso de coragem e uma escolha vital: o sonho do novo mundo. E este correspondeu-lhes, apesar dos sacrifícios, das privações e das incertezas pelas quais passaram para desbravá-lo e torná-lo um lugar humano onde realizar os mais puros anseios de liberdade, independência econômica e dignidade humana.

Novos descobridores, porque traziam no seus olhos e nos seus corações as esperanças de uma nova terra, que já fora descoberta no interior das suas almas, e que incendiava os seus corações, como uma promessa de amor a ser cumprida. O fato de cidadãos italianos terem encontrado coragem para atravessar um oceano deve-se, além do impulso dado pelas dificuldades do país, à confiança de encontrar uma situação que propiciasse um futuro melhor.

O Brasil significou uma meta para aqueles italianos, uma espécie de miragem que se tornou realidade. Significa que sentiam instintivamente uma atração por aquela terra onde foram capazes não de sobreviver, mas de viver, afirmando-se e dando uma contribuição a essa terra. Hoje, a terra italiana recebe de volta muitos ítalo-brasileiros, que fazem a viagem inversa dos nossos antepassados, buscando novas oportunidades de uma vida melhor.

Evidenciamos o mundo dos valores humanos, sociais, religiosos, econômicos e políticos que os imigrantes fizeram florescer no dia-a-dia das primeiras colônias e que hoje integrados com os dos outros grupos humanos que nos constituem, expressam a nossa forma de ser, pensar e agir. Dentre esses valores estão a propriedade, o trabalho, a família, a religiosidade. Hoje, no Brasil, há cerca de 25 milhões de ítalo-brasileiros, que constituem a segunda maior pátria italiana do mundo.

Ao voltarmos nosso olhar sobre os anos de colonização, veremos o extraordinário milagre da transformação e da integração das paisagens humana, socioeconômica e cultural, obra da colonização italiana em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1392

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhadores da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Olavo Caruso Severo.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1404

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem através deste, solicitar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, pelo prazo de 120 dias, para averiguar possíveis irregularidades em contratos firmados entre as fumageiras e os agricultores, dentre as principais: a obrigatoriedade da aquisição de insumos para o plantio sendo esses com preços acima do valor praticado no mercado; a falta de transparência, controle mecânico na classificação do fumo, ficando a critério de representantes da empresa, o que na maioria das vezes, a jogar o preço muito abaixo, e segundo os agricultores, ora recebe uma classificação, ora outra e aparentemente ambos apresentam a mesma qualidade.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) PEDRO IVO ILKIV

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Chico Noroeste, Augustinho Zucchi, Vanderlei Iensen, Reni Pereira, Jocelito Canto, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Arlete Caramês, Natálio Stica, Waldir Leite, Marcos Isfer, Nelson Garcia, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A região Sul e Centro-Sul do Estado do Paraná é a segunda maior produtora de trabalho do Brasil, formada por agricultores que trabalham em regime familiar, muitas vezes expondo menores em contato com atividade e estando os agricultores também expostos a agrotóxicos. A folha do fumo exala substâncias altamente prejudiciais à saúde.

Diante de tais complicadores, a remuneração desses agricultores não condiz com as dificuldades que a atividade impõe. Nesse último ano os agricultores receberam preços que embora não variassem muito da safra passada, foram pagos valores bem inferiores devido ao rigor da classificação, classificação essa que em alguns países do mundo não segue critérios tão rigorosos e é realizada na propriedade do agricultor. Essa classificação pode levar o preço para cima ou para baixo, dependendo do classificador, sem apresentar critérios ou controle mecânico. Esse fato veio deixar a situação econômica mais crônica na região.

No entanto, a situação econômica das fumageiras, segundo o balanço publicado por elas, comprovam que fazem parte do grupo das empresas que mais tiveram lucratividade nos últimos anos.

Outro fator que faz refletir sobre o preço baixo, é o fato de que o estoque mundial vem diminuindo e o consumo aumentando, o que dentro da lei de mercado deveria proporcionar bom preço aos agricultores.

Diante dessas informações, entendemos a necessidade de uma constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para apurar irregularidades.

REQUERIMENTO Nº 1388

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Rafael Iatauro - Secretário-Chefe da Casa Civil, no sentido de esclarecer as seguintes questões:

1. Qual a data do ofício enviado pela Assembleia Legislativa, comunicando o resultado da escolha do Sr. Orlando Pessuti, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas? Enviar xerocópia do protocolo de recebimento do referido.

2. Qual o número do Ato de Nomeação do Sr. Orlando Pessuti, assinado pelo Governador do Estado, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas? Enviar xerocópia do referido.

3. Qual a data da publicação no Diário Oficial do Estado do ato de nomeação do Sr. Orlando Pessuti, como Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná? Enviar xerocópia do Diário Oficial do Estado.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1394

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos nos Anais desta Assembleia Legislativa, os expedientes recebidos do Poder Judiciário de Capanema, constituídos pelo Ofício nº 829/06 e Manifesto "Sem Deus e sem Pátria, nada somos".

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Como se pode observar, trata-se de um movimento de elevado cunho social, que objetiva valorizar os símbolos nacionais, transmitindo noções de respeito e solidariedade, por meio de ações práticas de fácil execução. Todos sabemos que estamos vivendo uma época conturbada. A imprensa falada e escrita divulga todos os dias situações absurdas de crimes familiares que nos deixam estarecidos.

Certamente, faz-se necessário que a humanidade se conscientize de valores morais, referentes a Deus, à família, à Pátria, para que se vislumbre um Brasil melhor.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 309/06

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o parágrafo 2º do artigo 240 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná, com a seguinte redação.

"Art. 240 - ...

§ 2º A licença não perdurará por tempo superior a dois anos contínuos e, só poderá ser concedida nova, depois de decorridos seis meses do término da anterior."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Na atual redação do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná - Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 - , parágrafo 2º do artigo 240 - para a concessão de nova licença para o trato de interesses particulares, que não perdurará por tempo superior a dois anos contínuos, o servidor é obrigado a permanecer no exercício do cargo por dois anos.

A presente lei tem por objetivo reduzir essa permanência antes da concessão de nova licença, para seis meses. Cabe salientar que muitos servidores utilizam essa licença para fazer cursos de especialização, mestrado ou doutorado. Contudo, acabam não conseguindo finalizar esses estudos com o fim da referida licença. A redução da permanência tem por objetivo viabilizar a conclusão desses cursos já iniciados pelos funcionários do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 310/06

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a permutar com o município de Cascavel, os imóveis urbanos localizados naquela cidade, a seguir descritos:

§ 1º O Governo do Estado do Paraná transfere, a título de permuta, para o município de Cascavel, imóveis urbanos avaliados em R\$ 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais), abaixo discriminados:

a) lotes urbanos nºs 08, 09, 10, 11 e 12, com área total de 3.615 m² (três mil, seiscentos e quinze metros quadrados), da quadra nº 507, da Planta Geral da cidade, sem benfeitorias, de propriedade do IAP, conforme Matrícula nº 25.419, do 2º SRI de Cascavel-PR;

b) área institucional nº PM-3, com área de 15.437,06 (quinze mil, quatrocentos e trinta e sete metros e seis centímetros quadrados), do Loteamento denominado Paulo Godoi, sem benfeitorias, de propriedade do IAP, conforme Matrícula nº 61.109, do 1º SRI de Cascavel-PR.

§ 2º O município de Cascavel transfere, a título de permuta, para o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, imóveis urbanos avaliados em R\$ 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais), abaixo discriminados:

a) lote urbano nº 01, com a área de 747,50 m² (setecentos e quarenta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), da Quadra nº 157/A, do Loteamento Curitiba, sem benfeitorias, de sua propriedade, conforme Matrícula nº 24.566, do 3º SRI de Cascavel-PR;

b) lote urbano nº 08, com a área de 476,00 m² (quatrocentos e setenta e seis metros quadrados), da quadra nº 157/A, do Loteamento Curitiba, sem benfeitorias, de sua propriedade, conforme Matrícula nº 24.574, do 3º SRI de Cascavel-PR;

c) lote urbano nº 09, com a área de 476,00 m² (quatrocentos e setenta e seis metros quadrados), da quadra nº 157/A, do Loteamento Curitiba, sem benfeitorias, de sua propriedade, conforme Matrícula nº 24.574, do 3º SRI de Cascavel-PR;

d) lote urbano nº 10, com a área de 476,00 m² (quatrocentos e setenta e seis metros quadrados), da quadra nº 157/A do Loteamento Curitiba, sem benfeitorias, de sua propriedade, conforme Matrícula nº 24.575, do 3º SRI de Cascavel-PR;

e) lote urbano nº 11, com a área de 527,00 m² (quinhentos e vinte e sete metros quadrados), da quadra 157/A, do Loteamento Curitiba, sem benfeitorias, de sua propriedade, conforme Matrícula nº 24.576, do 3º SRI de Cascavel-PR;

f) lote urbano nº 12, com a área de 747,50 m² (setecentos e quarenta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), da quadra 157/A, do Loteamento Curitiba, sem benfeitorias, de sua propriedade, conforme Matrícula nº 24.577, do 3º SRI de Cascavel-PR.

Art. 2º A empresa responsável pelas avaliações do município de Cascavel, atribuiu valores aos imóveis ora permutados, os quais foram aprovados pela Portaria nº 938/05, de 15.09.05, conforme segue:

§ 1º Laudo de Avaliação nº 060/05, de 14.09.05, atribuiu o valor de R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais) à área institucional PM-3, com área de

15.437,06 m², do Loteamento denominado Paulo Godoi, de propriedade do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

§ 2º Laudo de Avaliação nº 061/05, de 14.09.05, atribuiu o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aos lotes urbanos nºs 08, 09, 10, 11 e 12, com área total do 3.615,00 m², todos da Quadra 507 da Planta Geral da Cidade, de propriedade do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

§ 3º Laudo de Avaliação nº 062/05, de 14.09.05, atribuiu o valor de R\$ 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais), aos lotes urbanos nºs 01, 08, 09, 10, 11 e 12, com a área total de 3.450,00 m², todos da quadra 157/A, do Loteamento Curitiba, de propriedade do município de Cascavel.

Art. 3º Os tributos e demais despesas decorrentes de escrituração e registro dos imóveis permutados correrão por conta do município de Cascavel.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente projeto de lei, pelo fato de os imóveis ora de propriedade do município de Cascavel estarem geograficamente melhor localizados para abrigar a futura sede do Instituto Ambiental do Paraná e também por não gerar nenhum ônus ao Estado.

Por outro lado, a Câmara Municipal de Cascavel já aprovou lei que autoriza a referida permuta.

Solicita-se, portanto, dos nobres Pares, o apoio necessário para a aprovação do projeto.

PROJETO DE LEI Nº 311/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Barracão, de parte do imóvel constituído pelo lote urbano nº 03 da quadra nº 17, localizado à Rua Minas Gerais, esquina com a rua República Argentina, na Planta Geral da Cidade de Barracão-PR, com a área de 385 m² (trezentos e oitenta e cinco metros quadrados), de propriedade do Estado do Paraná, conforme Matrícula 05, devidamente averbada, do Registro de Imóveis de Barracão-PR.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado para a construção da sede da Arcafar/Sul, Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, com sede e foro na Comarca de Barracão, Estado do Paraná, não podendo ter finalidade diversa, sob pena de esta cessão tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil - Arcafar/Sul, fundada em 08.06.91, abrange as Casas Familiares Rurais dos Estados Membros do Sul do Brasil, ou seja, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estando devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas da Comarca de Barracão.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos e que tem como objetivo a coordenação de trabalho filantrópico no sentido de promover, desenvolver e fixar jovens agricultores no meio rural, proporcionando-lhes conhecimentos técnicos para melhor exercerem suas funções.

Pela Lei nº 14.611, de 13 de janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial de 25.02.05, a Arcafar foi declarada de Utilidade Pública Estadual.

Para que possa obter recursos do Governo Federal para a construção de sua sede própria, faz-se necessário que a Arcafar possua um imóvel destinado a esse fim, razão pela qual apresenta-se este projeto de lei autorizatório.

Grande Expediente:

Dia Nacional da Itália

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos antecipar o Grande Expediente para depois fazermos o Pequeno Expediente, que por requisição do Deputado Kielse será para homenagear o Dia Nacional da Itália.

Autor da Proposição:

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho a esta tribuna num dia muito especial aos descendentes italianos, aos italianos de nascimento e a todo o nosso Estado que tem um vínculo direto ou indireto com esse país que não só fez parte da história republicana brasileira, mas montou uma estrutura tão importante para a nossa economia que hoje o Brasil sequer poderia imaginar viver sem as parcerias com a Itália.

A Itália de 1946, da abdicação de Vitor Emanuel, que passou não só por um reinado efêmero de Umberto II, uma República Parlamentarista que fazia, uma parce-

ria com todos os membros, uma revolução interna juntamente com a data que nós marcamos no Paraná, que é o dia 2 de junho.

Salientando a importância da presença do Cônsul da Itália, o Sr. Ricardo Batisti, Cônsul este que há alguns meses assumiu aqui em nosso Estado e que está acelerando várias parcerias importantíssimas ao Governo, ao Embaixador em Brasília, à continuidade do crescimento das grandes empresas, que cito não só a Fiat, mas a New Holland e tantas outras parcerias que temos aqui, sinalizando junto com nossos parceiros também o Presidente do Centro de Cultura Italiana Paraná/Santa Catarina, Sr. Francisco Schiocheti, que sabe que a economia do Paraná - significa hoje quase 5% de toda arrecadação de ICMS do Estado - é de empresas italianas natas, chamadas multinacionais.

Hoje, com a saliente, não só preponderante, não só a ligação dos italianos; aqui na Assembléia mais de 50% dos Deputados são descendentes de italianos. Descendentes de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª geração. Mas, como sabemos que a Itália passou por várias mudanças, sabemos a importância do número político, junto com o novo Presidente, com a nova doutrina, com as mudanças radicais políticas, não só do Sílvio Berlusconi, mas com toda a parceria que temos hoje, também, com Antonio Macanino, que fizeram realmente da nossa cultura um misto de cultura italiana, com a cultura brasileira.

Quero não só salientar a importância dessas parcerias, como quero aproveitar, Sr. Presidente, que um grande italiano que defendia as bandeiras da Itália, que sabia o quanto poderíamos trazer de recursos de lá, que foi um grande amigo nosso, quase se elegeu Deputado numa mudança que foi do Parlamento italiano, aceitando que os brasileiros tivessem representação italiana na Câmara Alta e Baixa da Itália. Tanto no Senado quanto nas Assembléia e no Congresso da Itália. Valendo os votos dos descendentes italianos que aqui moram.

Não só o meu amigo que não está aqui em carne, mas em espírito com certeza, Luigi Barindelli, que veio para cá há mais de vinte anos. Trouxe uma vida pública da Itália, dentro dos limites do tempo concedidos pela sua atividade profissional, desempenhada em muitos países no exterior. Foi eleito em 1991 para o Primeiro Conselho Geral dos Italianos para o Exterior, do qual foi escolhido para compor o comitê da presidência, cargo confirmado sucessivamente até o ano de 2004.

Luigi participou do processo de revisão constitucional, que deu origem ao voto no exterior. Participou de vários projetos legislativos aprovados no Parlamento italiano. Em 1992, conseguiu a marca de 25 mil alunos em parceria com o Centro de Cultura Italiana Paraná e Santa Catarina.

Criou esperança para descendentes italianos que pudessem voltar um dia. Voltar pela porta da frente, não tentando pular barreiras contemporâneas que ainda temos em alguns países.

Temos certeza que, com a parceria, com o novo Cônsul Ricardo Battisti, com a linha ideológica da conservação cultural, da preservação familiar, como todos temos a seriedade, a doutrina da parceria fiel. E queremos acelerar ainda mais. Queremos passar a palavra ao Cônsul para que nos transmita as novidades, pois dia 2 de junho, dia que colocamos como símbolo, não só da Constituição da República Italiana, mas o símbolo do Dia do Italiano do nosso Estado.

Hoje, no Paraná, temos cerca de quatro milhões e meio entre os dez descendentes diretos e indiretos, chegando a seis milhões já na terceira geração. Não conheço nenhuma família que não tenha algum parente italiano.

Quero estar em breve com o Cônsul da Itália, assinando parcerias também com o Governo do Estado do Paraná. Quero aproveitar para dizer que não fizemos uma solenidade maior, porque temos muitas revisões constitucionais dentro do quadro legislativo do período eleitoral que serão efetivadas neste momento.

A nossa homenagem fiel aos descendentes italianos, à cultura italiana, ao nosso Cônsul que já tem destaque nacional. Parabenizo, em nome da Assembléia e dos demais Deputados. E dizer que o Governo do Estado do Paraná, falando em nome do Governador Roberto Requião, juntamente com todos os demais Parlamentares que aqui estão, queremos ainda mais aproximar as nossas bandeiras. Bandeiras de parceria, de lealdade, de fidelidade. A bandeira que não só preconizamos, mas que existe: a honestidade entre os países.

No que o Brasil puder ajudar a Itália, estamos sempre à disposição, como sempre fomos parceiros, inclusive em guerras, mas queremos estar com a Itália, trazendo o seu corpo profissional que tem nos ajudado muito aqui no Paraná, principalmente. O quanto mais tivermos suas parcerias pelo consulado, mais vamos ter a proximidade do Governo Federal, que ele, também, junto com o Embaixador, que é nosso amigo, tem feito um esforço tremendo e, tenho certeza, a presença do Governador, se Deus quiser em novembro, estarmos assinando esses convênios.

Presidente, peço autorização para passar a palavra ao Cônsul que falará em nome do Governo italiano.

Muito obrigado! Obrigado pela presença das autoridades da Itália, dos descendentes italianos que aqui estão, de todos os parceiros. Um dia que poderia ser salientado por várias assinaturas, mas que com o tempo vamos trazendo, com certeza, em nível de Governo de Estado.

Muito obrigado!

Orador:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência passa a palavra ao Exmo. Sr. Ricardo Battisti, Cônsul Geral da Itália em Santa Catarina e no Paraná.

Sr. Ricardo Battisti

Cônsul Geral da Itália

O SR. RICARDO BATISTI

Boa-tarde, muito obrigado! Não falo um bom português, por isso vou falar um pouco em portunhol, pois faz poucos meses que estou em Curitiba como Cônsul do Paraná e de Santa Catarina, mas quero agradecer a esta Assembléia Legislativa; ao Sr. Presidente, Deputado Brandão; e ao Deputado Kielse, que já fez um grande discurso de amizade entre os dois povos. Essa é a realidade, pois a Itália está muito presente no Brasil, está muito presente no Estado do Paraná.

É uma honra e um prazer estar aqui outra vez. Já estivemos, há uma semana, nesta Assembléia, com o Embaixador da Itália no Brasil, que veio fazer a sua primeira visita oficial neste Estado. Estou muito contente em voltar.

Efetivamente, como indivíduo, concordo com tudo que o Deputado Kielse disse dessa grande potencialidade de parcerias que há entre os dois países, entre os dois povos. Os italianos são muitos aqui, os brasileiros de descendência italiana evidentemente, inclusive nesta Assembléia há muitos Deputados de origem italiana e esta é uma coisa que me dá uma particular satisfação e, também, uma particular responsabilidade.

Acho que esta cerimônia é um outro símbolo importante da amizade que este país tem frente ao meu país, Itália.

No dia 02 de junho, sexta-feira que vem, é nossa data nacional, é o aniversário número sessenta. Há sessenta anos que existe a República Italiana. É um aniversário particularmente importante. Vamos festejar essa cerimônia, esse momento, com todos vocês. Tenho certeza que no coração de todos está um grande sentimento de amizade e uma grande vontade de continuar, de fortalecer as relações entre nossos países.

Antes de concluir este breve discurso, quero saudar a memória do engenheiro Luigi Barindelli, que foi um grande personagem da comunidade italiana em Curitiba, no Paraná, em todo Brasil. É uma lástima que ele não esteja mais entre nós, mas seu espírito, sem dúvida, está aqui, e os senhores que estão aqui, são parte da sua família que, seguramente, vão continuar o esforço que o engenheiro Barindelli fez para desenvolver boas relações entre nossos dois países.

Obrigado e desculpem meu português. Na próxima vez será melhor, acho.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Ao encerrar a presente homenagem, esta Presidência deseja expressar o seu mais profundo agradecimento pela presença das autoridades, dos membros do consulado italiano, representantes do corpo consular, bem

como dos demais que aqui compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Suspendo a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

(Suspensa a Sessão)
(Reaberta a Sessão)

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está reaberta a Sessão.

Com a palavra Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Especialmente quero me dirigir nesta tarde aos membros efetivos e suplentes da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa. Quando se trata de falar de fiscalização dos órgãos públicos, das empresas de economia mista, daqueles que recebem dinheiro público, ou daqueles que administram dinheiro público, entramos num profundo estresse dentro desta Casa. Numa luta incessante, 2005-2006, a Comissão de Fiscalização e Controle, que tenho o prazer e orgulho de presidir, realizou mais de trezentos procedimentos; requerimento diversos a empresas como a Sanepar, que há três meses requeremos para que nos enviassem os contratos, os aditivos da empresa, Pavi-brás, que realiza, ou realizou o trabalho do esgoto do litoral do Paraná. Assuntos quando envolvem as Universidades Estaduais, assunto como a questão da Fundação Copel, por que ela aplicou no Banco Santos; várias audiências públicas foram realizadas com a Emater, Sanepar, Copel.

Agora, recentemente, estamos solicitando informações à Cohapar, para que nos informe quanto gastou e quem foi que recebeu o dinheiro gasto de 2003 até aqui, mais de um milhão e duzentos mil reais de diárias. A Secretária nos mandou os valores gastos de cada ano, mas não mandou quem foi que viajou; quem foi que recebeu. E, segundo a secretária, seria muito difícil, muito trabalhoso para a Cohapar poder chamar no computador quem foi que viajou, por que viajou e por que recebeu aquele montante de diárias.

Estamos numa função principal, não só como membro do Poder Legislativo, mas na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa. Temos travado uma luta constante para receber essas informações. Sobretudo e notadamente, quando se enfoca a questão dos gastos em publicidade, em propaganda. Sinceramente, as dificuldades são enormes, são imensas, porque o Paraná tem a marca, tem a tradição de Estado brasileiro que mais gasta em publicidade e propaganda.

Vou fazer um relato aos Srs. Deputados. Relato este que me leva de 1996 a 2002. Exatamente, o jornal Folha de Londrina.

Passa a usar o Horário da Liderança do PDT

Então, para que se tenha uma idéia, reporto-me aqui de 1996, como dizia, a 2002. E em 2004, a Comissão de Fiscalização e Controle solicitou ao jornal Folha de Londrina, que justificasse os recursos recebidos e nos enviando a cópia das matérias divulgadas que justificasse o dinheiro recebido do Governo do Estado. 2002 um requerimento, 2006 outro requerimento, e nada!

Agora, prestem atenção, Srs. Deputados, exatamente o suficiente talvez para construir quatro mil casas populares no Paraná em oito anos, simplesmente a Folha de Londrina recebeu.

Vou dizer ano a ano: 1996 - um milhão, 594 mil, 953 reais, 32 centavos; 1997 - 4 milhões, 472 mil, 822 reais, 18 centavos; em 1998, ano eleitoral, nove milhões, 592 mil, 551 reais e 51 centavos. Será que tudo isso foi contabilizado na empresa? Será que tudo isso é justificável? Será que a Receita Estadual ou Federal, o Ministério Público observaram isso? Em 99, cai para um milhão, 840 mil, 579 reais e 26 centavos. Em 2000, cai outra vez para um milhão, 542 mil e 391. Em 2001, 145 mil, 162 e 56. Em 2002, 287 mil, 213. Por que será essa diferença de 97 a 98, para 2002?

Sabem quanto recebeu, nesses anos, especificamente, o jornal Folha de Londrina? Em torno de 52 milhões de reais, equivalente a mais de 19 milhões de dólares.

Então, Sras. e Srs. Deputados, certamente não teríamos crianças na rua e nem o desemprego. Teríamos transformado a nossa matéria-prima em produto final; industrializado a nossa produção, gerando emprego e renda, se fizessemos um plano de governo contemplando as vocações regionais e não divulgando de forma extraordinária e simplesmente. O Poder Legislativo, o primeiro dos três Poderes, está reagindo aos poucos, felizmente e graças a Deus, porque precisamos mais do que nunca encontrar forças para trabalharmos de manhã à noite, para reparar a verdade e para constatar ou para colocar nos Anais da Casa esse contraste da miséria e da falta de oportunidades, enquanto alguns poucos recebem e metem a mão no dinheiro público, sem dó e sem pena e ainda pousam de bacana e se fazem de grandes e querem se sobrepor em todos os momentos.

Só que o Paraná, graças a Deus, está caminhando em um novo caminho: revelar a verdade. É isso que queremos e precisamos. Precisamos que esse Poder passe a fiscalizar e controlar sobretudo aqueles que têm a caneta na mão. Controlar as empresas de economia mista, os órgãos do Governo. Fiscalizar, fiscalizar e fiscaliza, porque essa é uma das funções principais do Poder Legislativo, além daquela de elaborar e aprovar leis. Mas,

fiscalizar os atos do Executivo e das empresas de economia mista, certamente, é a grande função.

Fica aqui um pequeno exemplo e nos próximos dias, conforme vão sendo elaborados os estudos, vamos revelando para o conhecimento da opinião pública. Amanhã, certamente, a Folha de Londrina dará como manchete: Deputado denuncia na tribuna, que a Folha de Londrina recebeu mais de cinquenta milhões de reais em quatro anos, do dinheiro do povo!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PMR)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Ocupo esta tribuna na tarde de hoje, o que raramente faço, com a máxima cautela, até porque fiz questão de estar embasado no que vou falar, ao contrário de muitos “figurões” do meio político, que costumam “falar pelos cotovelos” e nem sempre honram o que falam. Estou protocolando na tarde de hoje, Sr. Presidente, um requerimento de envio de pedido de informações à Casa Civil, o qual passo a ler o teor neste momento.

“O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o envio de pedido de informações ao Sr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil, no sentido de esclarecer as seguintes questões: 1) qual a data do ofício enviado pela Assembleia Legislativa, comunicando o resultado da escolha do Sr. Orlando Pessuti para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas? Enviar xerocópia do protocolo de recebimento do referido.”

Até porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conforme prevê o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, no seu artigo 221, esse documento é expedido em 24 horas. E certo como a Assembleia Legislativa é extremamente organizada, fez esse ofício e enviou para o Chefe da Casa Civil.

O item nº 2: “qual o número do ato de nomeação do Sr. Orlando Pessuti, assinado pelo Governador do Estado, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas?” Também solicito a xerocópia do referido.

E: “qual a data da publicação no Diário Oficial do Estado, do ato de nomeação do Sr. Orlando Pessuti como Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná?” Peço também a xerocópia do Diário Oficial.

Porque o nosso Regimento, Sr. Presidente, fala sobre o protocolo e o envio para o Secretário da Casa Civil, que por sua vez o encaminha ao Governador. Mas, há o Regimento Interno do Tribunal de Contas, mas precisamente no seu artigo 29, parágrafo 3º, que diz claramente que trinta dias, a partir da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial, o Conselheiro do Tribunal

de Contas deveria ser empossado e parece-me, embora não seja um expert em álgebra, matemática, mas já se passaram muito mais do que os trinta referidos dias.

Então, Sr. Presidente, quero comunicar à Mesa e aos nobres Pares esse meu pedido de informações já protocolado e já me adianto e faço a solicitação para que a Assembleia Legislativa, uma vez que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar deste Poder, exija que nos preste essas devidas informações.

Agradeço, Sr. Presidente!

Agradeço, Sras. e Srs. Deputados!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 36 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 015/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua, com sugestões de alteração da Lei nº 8927 de 28/12/88 - lei de regência sobre a Transmissão *Causa Mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos - ITCMD. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 016/06, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, propondo à Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, prorrogação das parcelas do Programa Luz no Campo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1397, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 01 de junho (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1404, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, com apoio dos Deputados Ratinho Júnior, Chico Noroeste, Augustinho Zucchi e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para apuração de irregularidades em contratos realizados entre empresas fumageiras e agricultores e outras irregularidades, composta esta CPI por 07 (sete) membros. **Rece-**

bido. Protocole-se. De acordo com o artigo 36, parágrafo 2º, encaminhe-se à Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 434/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Caprinocultores, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/05, de 01/08/05)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 238/06, de autoria da Deputada Elza Correia, declarando de Utilidade Pública o Instituto para o Cuidado da Família, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/06, de 09/05/06)**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 732/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/05, denominando de José Neves Formighieri o trecho da rodovia BR-467, entre as localidades de Cascavel e Toledo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, denominando de Vereador Miguel Ribeiro Picheth a rodovia PR-364, ligando o município de São Mateus do Sul à Comunidade Água Quente, no município de Irati. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/06, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Caravaggio, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Execu-

tivo a municipalizar o trecho urbano da rodovia PR-574, no município de Cafelândia. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/06, objetivando recompor o vencimento básico da carreira de Delegado de Polícia do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/06, visando adequar o vencimento básico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº01 AO PROJETO DE LEI Nº 269/06

Ficam incluídos os artigos 2º e 3º ao Projeto de Lei nº 269/06, de autoria do Poder Executivo, conforme segue, renumerando os artigos subsequentes.

Art. 2º Os advogados concursados, ocupantes do cargo de Advogado das Universidades Estaduais do Paraná, ficam enquadrados no cargo de Procurador do Estado do Paraná, sendo a eles conferidos todos os direitos, deveres, garantias e vedações aplicáveis aos Procuradores do Estado.

Parágrafo Único. Para os fins do enquadramento referidos nesta lei, será considerado o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, bem como a titulação.

Art. 3º Os advogados enquadrados permanecerão lotados nas instituições de Ensino Superior e serão responsáveis pelo assessoramento jurídico e pela representação judicial das respectivas instituições de lotação.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) JOCELITO CANTO

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Duílio Genari, Reni Pereira, Chico Noroeste, Arlete Caramês, Vanderlei Iensen, Artagão Júnior, Ailton Araújo e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa corrigir as desigualdades existentes entre advogados do Estado do Paraná que exercem as mesmas funções, sem, no entanto, serem equiparados para todos os efeitos legais.

Os advogados das instituições de ensino superior do Paraná, nos quadros da Procuradoria Geral do Estado, vêm obedecer a Constituição do Estado que, em seus artigos 123 e 124, atribui à Procuradoria Geral do Estado a

representação judicial e extrajudicial do Paraná e a consultoria jurídica do Poder Executivo, a saber:

Art. 123. A advocacia do Estado, como função institucionalizada e organizada por lei complementar, terá como órgão único de execução a Procuradoria-Geral do Estado, diretamente vinculada ao Governador e integrante de seu gabinete.

Art. 124. Compete à Procuradoria-Geral do Estado, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei:

I - a representação judicial e extrajudicial do Estado e a consultoria jurídica do Poder Executivo;

II - a unificação da jurisprudência administrativa do Estado;

III - a cobrança judicial da dívida ativa do Estado;

IV - a realização dos processos administrativo-disciplinares, nos casos previstos em lei;

V - a orientação jurídica aos municípios, em caráter complementar ou supletivo.

Assim também dispõe o Decreto Estadual 6107/06, abaixo:

Art. 1º O Regulamento da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, anexo ao Decreto nº 929, de 24 de março de 2003, passa a vigorar na forma do anexo que faz parte integrante do presente decreto.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Todos os advogados das instituições de ensino superior do Estado do Paraná cuidam de seus interesses jurídicos, no foro ou extra-judicialmente, realizando as mesmas atribuições que exercem os Procuradores do Estado, sob regime de trabalho de quarenta horas semanais. Todavia, não estão equiparados aos Procuradores do Estado em seus vencimentos e demais vantagens.

O fato de não fazerem parte da aludida carreira, fere o princípio constitucional da isonomia, conforme ensinamento do mestre Celso Bastos:

É que o princípio da isonomia pode ser lesado tanto pelo fato de incluir nas normas pessoas que nela não deveriam estar, como também pelo fato de não acolher outras que deveriam sê-lo. (Curso de Direito Constitucional, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 1981, p. 229). (grifo nosso)

Cabe salientar que, além da correção da desigualdade acima apontada, o presente projeto reforçará a atuação uniforme dos advogados da Administração Pública Estadual.

Também é importante lembrar, que enquanto um procurador tem como remuneração (salário + gratificação de representação de 170%) o valor de cerca de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) os advogados das Instituições de Ensino Superior têm seu salário inicial de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) de acordo com o novo plano de cargos e salários, sem qualquer gratificação adicional.

Antes do novo plano de cargos e salários os advogados percebiam uma remuneração composta de salário

mais verba de representação, que lhes dava uma remuneração de cerca de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais). Com a edição de tal plano a verba de representação não permaneceu e passou a ser considerada diferença de salário.

Enquadrando-se os advogados no novo plano todos passaram a ganhar menos do que ganhavam. Tiveram uma perda efetiva de cerca de R\$ 300,00 (trezentos reais) e permanecerão com tal remuneração por longo tempo, pois cada vez que houver um aumento salarial o mesmo será tirado da diferença de salário até que a mesma se iguale a zero.

Além de tal fato, o plano de cargos e salários não reduziu as diferenças salariais existentes entre as Instituições de Ensino Superior, pois os Procuradores da Universidade Estadual de Maringá possuem uma remuneração equiparada ao da Procuradoria Geral do Estado e os das Universidades Estaduais de Londrina e Ponta Grossa, ganham menos. Como podem três instituições iguais ter remuneração diferente?

Por que os advogados das Universidades de Ponta Grossa e Londrina, que defendem as Instituições de Ensino Superior em todas as causas igual aos da Procuradoria Geral do Estado e da Universidade Estadual de Maringá, podem ganhar um valor infinitamente menor?

Ainda, todos os demais advogados que atuaram nas Universidades de Ponta Grossa e Londrina antes dos atuais, já tiveram sua remuneração equiparada aos da Procuradoria Geral do Estado através de resolução do Governo do Estado.

A passagem dos advogados das IES para Procuradoria Geral do Estado não gera impacto financeiro para o Estado, pois são apenas cerca de 13 (treze) advogados no Estado inteiro que atuam defendendo as IES.

Cabe salientar que, além da correção das desigualdades acima apontadas, a presente emenda reforçará a atuação uniforme dos advogados da Administração Pública Estadual.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/06, que institui a Carreira Técnica de Extensão Rural do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/06, que objetiva reestruturar as carreiras do quadro de pessoal do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/06, que dispõe sobre a criação e transformações de cargos de provimento em comissão, da lotação do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/06, de autoria da Comissão Executiva, regulamentando neste Poder Legislativo, a aplicação do artigo 24, da Emenda Constitucional Federal nº 019/98, no que concerne à celebração de convênios de cooperação entre estados, autorizando a transferência parcial de encargos, serviços e pessoal. PARECER FAVORÁVEL DA CE. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 586/05, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, denominando a Rodovia PR-512 de Rodovia da Maçã. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/05, de 26.09.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 586/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, visa a denominação de trecho da rodovia estadual PR-512.

Constitucionalidade e legalidade

O projeto em questão não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 224. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Além disso, o trecho em questão não possui denominação conforme informação da Secretaria Estadual dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem - ofícios anexos.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, somos de parecer favorável ao projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 586/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 586/05, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, denomina a Rodovia PR-512, que liga Mariental e Balsa Nova, de Rodovia da Maçã.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/06, de autoria do Deputado Ademir Bier, autorizando o Poder Executivo a proceder a reversão da doação, ao patrimônio do município de Marechal Cândido Rondon, dos imóveis urbanos conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06, de 20.02.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 026/06

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Deputado Ademir Bier, estabelece em seu artigo 1º autorizar o Poder Executivo a proceder a reversão da doação, ao patrimônio do município de Marechal Cândido Rondon, da doação dos imóveis urbanos nº 07/08/11/12 (sete, oito, onze e doze) formado pela parte nordeste do lote urbano nº 07, com área de 470,60m ,parte nordeste do lote urbano nº 8 com área de 743,00m ,parte nordeste do lote urbano nº 11 com a área de 333,75m ,e lote urbano nº 12 com a área de 800,00m ,da quadra 161, situado no quadro urbano da cidade e com a área de 2.347,35m ,com as matrículas nº 26.977 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

É o relatório.

Da Fundamentação e Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do nobre Deputado Ademir Bier - autor do projeto, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 026/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 026/06, de autoria do Deputado Ademir Bier, autoriza o Poder executivo a proceder a reversão da doação, ao patrimônio do município de Marechal Cândido Rondon, dos imóveis urbanos conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/06 autorizando o Poder Executivo, por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, efetuar a cessão de uso do imóvel no município de Mandaguari. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/06, de 03.04.06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 167/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de imóvel constituído por área de 24.200,00m, contendo uma casa de madeira, com 60,00m, conforme matrícula 1.183 ao município de Mandaguari. O referido imóvel deverá ser destinado exclusivamente de 22.700,00m como área de preservação ambiental e 1.500,00m para construção de um Posto de Saúde, devendo o mesmo retornar ao patrimônio do Estado caso possua destinação diversa da especificada.

Fundamentação e Constitucionalidade

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina mais especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que cede uso de imóvel do Estado a uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Mandaguari.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conclusão

Em sede de parecer, concluímos que o Projeto de Lei nº 167/06, quanto à legalidade e constitucionalidade não possui impedimento ao seu normal seguimento.

Sala das Comissões, em 25.04.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 167/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei deriva da Mensagem nº 028/06, do Chefe do Poder Executivo Estadual, que por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, autoriza a efetuar cessão de uso ao município de Mandaguari, de imóvel que especifica.

Fica disposto que do imóvel a ser cedido, será utilizada área de 22.700,00m, como área de preservação ambiental e, 1.500,00m para a construção de um Posto de Saúde.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/06, de autoria do Poder executivo - Mensagem nº 036/06, autorizando o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel, pelo prazo de 30 anos, ao município de Piraquara. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/06, de 17.05.06, Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 261/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de imóvel pelo prazo de 30 anos, ao município de Piraquara, Estado do Paraná.

Fundamentação

A Constituição Federal determina, em seu artigo 23, VI:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, e à ciência;

O projeto tem por fim a cessão de imóvel para o funcionamento do serviço público municipal do município de Piraquara. Estipula, para isso, que a utilização do imóvel para qualquer outro fim implica na perda do direito a cessão.

Constitucionalidade

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina mais especificamente, em seu artigo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que cede uso de imóvel do Estado a uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Piraquara.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conclusão

Ante o exposto, somos de parecer favorável, ao Projeto de Lei nº 261/06.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 261/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 261/06, de autoria do Poder Executivo, autoriza a efetuar a cessão de uso do imóvel, pelo prazo de trinta anos, ao município de Piraquara, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1388, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1391 e 1398, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1392, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1394, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1395, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 793/05, 206 e 232/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 732/05, 093, 197, 269 e 271/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 586/05, 026, 167 e 261/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/06.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO CAÍTO QUINTANA EM SESSÃO DO DIA 31.05.2006.

“Sem Deus e sem Pátria nada somos!”

Poder Judiciário de Capanema

Objetivo: revigorar e despertar na brasileira e no brasileiro, de qualquer idade e condição social, a seguinte verdade: “Sem Deus e sem Pátria nada somos!”

Primeira reflexão: **“Amarás o Senhor teu Deus de todo teu coração, de toda tua alma e de todo o teu espírito (Deut 6,5). Este é o maior e o primeiro mandamento.”** (Evangelho segundo Mateus 22, 37-38, gri-fei).

Segunda reflexão: **“O sentimento que divide, inimiza, retalia, detrai, amaldiçoa, persegue, não será jamais o da pátria. A pátria é a família ampli-**

cada. E a família, divinamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício. É uma harmonia instintiva de vontades, uma desestudada permuta de abnegações, um tecido vivo de almas entrelaçadas. Multiplicai a célula, e tendes o organismo. Multiplicai a família, e tereis a pátria. Sempre o mesmo plasma, a mesma substância nervosa, a mesma circulação sanguínea. Os homens não inventaram, antes adulteraram a fraternidade, de que o Cristo lhes dera a fórmula sublime, ensinando-os a se amarem uns aos outros: *‘Diliges proximum tuum sicut te ipsum’*”. (Rui Barbosa, trecho do Discurso no Colégio Anchieta, Obras Completas de Rui Barbosa, V. 30, t.1, 1903.p. 358, grifei).

Assuntos prioritários a serem abordados:

- 1) Pátria, nação, respeito aos símbolos e às histórias nacionais;
- 2) Valor do trabalho;
- 3) Respeito ao próximo e às coisas públicas;
- 4) Obediência à lei;
- 5) Respeito aos antepassados e aos pais;
- 6) Solidariedade; e,
- 7) Renúncia e Sacrifício para o bem de Deus, da família e do Brasil.

Terceira reflexão: “(...) o patriotismo, praticamente, consiste, sobretudo, no trabalho. *Laboremus*, murmurava, expirando, o imperador romano. *Laborate*, estão a dizer-vos, na sua austera alegria, todos os cânticos desta solenidade, seus emblemas, seus quadros, as recordações de vossa vida entre estes muros, que aqui ficam, na constância da sua imobilidade, a hospedar outras gerações, e assistir a outras despedidas.” (Rui Barbosa, obra citada, grifei).

Quarta reflexão: “As nações mais decaídas têm esperança de reabilitar-se, quando, entre os seus homens de Estado, não mirrou de todo essa raiz do sentimento da pátria, que se abraça à causa do ensino como ao princípio miraculoso da regeneração dos povos empobrecidos, arruinados, exaustos, desorganizados pela opressão, pela miséria e pela guerra.” (Rui Barbosa, trecho do artigo Fischio, Obras Completas de Rui Barbosa, V. 16, t. 6, 1889. p. 100, grifei).

Quinta reflexão: “Sem a lei não há pátria. A pátria é a lei humanada no coração dos que a servem. A pátria é a esfera divina da consciência livre, da palavra livre. Onde a palavra se amordaça, onde a consciência se retrai comprimida, a pátria é o exílio profanado e sem repouso sob o régimen abominável da força. A pátria está na ordem laboriosa e próspera debaixo das leis.” (Rui Barbosa, trecho do artigo Pródromos, Obras Completas de Rui Barbosa, V. 20, t. 3, 1893. p. 119, grifei).

Ações práticas:

- 1) todas as escolas deverão na segunda-feira hastear a bandeira e executar o hino nacional (Lei nº

5700/71: **Art. 14.** Hasteia-se, obrigatoriamente, Bandeira Nacional, nos dias de festa ou de luto nacional, em todas as repartições públicas, nos estabelecimentos de ensino e sindicatos. **Parágrafo Único.** Nas escolas públicas ou particulares, é obrigatório o hasteamento solene da Bandeira Nacional, durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana. **Art. 39.** É obrigatório o ensino do desenho e do significado da Bandeira Nacional, bem como do canto e da interpretação da letra do Hino Nacional em todos os estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, de primeiro e segundo graus).

2) nas escolas sempre serão refletidos sobre os assuntos prioritários, sendo possível vincular (os mesmos) com a história de grandes brasileiros (Rui Barbosa, Santos Dumont, Osvaldo Cruz, Machado de Assis, etc.).

3) todo o comércio e também as casas particulares terão bandeiras do Brasil em seu espaço, especialmente, no espaço externo.

4) as rádios da Comarca na segunda-feira, pela manhã, tocarão o hino nacional e também trabalharão um dos assuntos prioritários (no mínimo dez minutos e no máximo meia hora). Poderá ocorrer uma parceria com escolas e clubes de serviço.

5) os jornais que circulam na Comarca também fariam uma coluna sobre o nosso objetivo “Sem Deus e Sem Pátria nada somos!”.

Sexta reflexão: “Serve-se à pátria com a mesma devoção nas opiniões mais contrárias, como se adora a Deus com o mesmo fervor nos cultos mais diferentes.” (Rui Barbosa, trecho do artigo A Deputação Riograndense, Obras Completas de Rui Barbosa, V. 20, t. 3, 1893. p. 7 grifei).

Sétima reflexão: “Para sentir a pátria, senhores, é preciso amá-la na privação e no desterro.” (Rui Barbosa, trecho da conferência O Partido Republicano, Obras Completas de Rui Barbosa, v. 24, t. 1, 1897. p. 15 grifei).

Oitava reflexão: “A pátria, o complexo de todos os interesses brasileiros, o conjunto das instituições políticas e sociais, o povo e o Estado, a harmonia orgânica entre os elementos humanos e os elementos legais da nacionalidade.” (Rui Barbosa, trecho da Petição de Habeas Corpus/Inconstitucionalidade do Estado de Sítio, Obras Completas de Rui Barbosa, V. 19, t. 3, 1892. p. 64, grifei).

Período de ação: de no mínimo um ano (março de 2007). Quanto todos os participantes farão uma análise dos objetivos e das conquistas.

Vedação: É proibido ligar a campanha a partidos políticos, a governos e a candidatos.

Nona reflexão: “A pátria não é ninguém: são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação. A pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a

tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão de lei, da língua e da liberdade. Os que servem são os que não invejam, os que não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudecem, os que não se acobardam, mas resistem, mas ensinam, mas esforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo. Porque todos os sentimentos grandes são benignos e residem originariamente no amor. No próprio patriotismo armado, o mais difícil da vocação, e a sua dignidade, não está no matar, mas no morrer. A guerra legitimamente, não pode ser o extermínio, nem a ambição: é simplesmente a defesa. Além desses

limites, seria um flagelo bárbaro, que o patriotismo repudia.” (Rui Barbosa, trecho do discurso no Colégio Anchieta, Obras Completas de Rui Barbosa, V. 30, t. 1, 1903. p. 360, grifei).

Décima reflexão: “A pátria não é só um pedaço de terra povoada, que se defende contra o inimigo; é, sobretudo, a organização da nossa liberdade, o corpo sagrado das tradições da nação, das suas instituições constitucionais, dos seus direitos populares.” (Rui Barbosa, trecho do discurso Nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal e de Ministros Diplomáticos, Obras Completas de Rui Barbosa, V. 18, t. 1, 1891. p. 77, grifei).

(Manifesto: Sem Deus e Sem Pátria nada somos!)



DIÁRIO Nº 063**53ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva.....	19
Presenças.....	19
Abertura da Sessão	19
Expediente:	
Requerimentos.....	19
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final	20
3ª Discussão	21
2ª Discussão	23
1ª Discussão	24
Requerimentos	24
Encerramento da Sessão	24

DIÁRIO Nº 063**53ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
31 DE MAIO DE 2006**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Marcos Isfer e Elton Carlos Welter.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida

Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (40). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Elza Correia, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães e Rafael Greca (13); e em viagem representativa o Sr. Deputado José Domingos Scarpellini (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, antecipada do dia 01 de junho, conforme requerimento aprovado do Sr. Deputados Marcos Isfer.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 1400

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 026/06, item 10, por duas Sessões.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1403

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1401

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, solicitando informações sobre a previsão, dentro do cronograma do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, se estão previstas a execução das obras de ampliação e reformas no Fórum de Londrina que está com sua capacidade de atendimento esgotada por absoluta falta de espaço, conforme mostrou reportagem exibida no Programa “Bom Dia Paraná” da Rede Globo de Televisão, exibido no último dia 31 de maio do ano corrente.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1402

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, solicitando a instalação de mais Varas de Justiça no Fórum de Londrina, já que a capacidade de análise de processos judiciais está prejudicada pela quantia de profissionais habilitados para a função.

Sala das Sessões, em 31.05.06.

(a) BARBOSA NETO

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para fazer um esclarecimento até para que não paire nenhuma dúvida, aproveitando a presença dos senhores advogados, dos senhores Procuradores. Quando fiz essa emenda ao projeto de lei a intenção era enquadrar os advogados da Universidade de Ponta Grossa e de Londrina que estavam fora, e que tivessem o mesmo direito que têm os advogados da Universidade de Maringá.

No período em que o nosso ex-companheiro Joel Coimbra, que foi Deputado, foi Procurador-Geral do Estado criou uma forma de beneficiar esses Procuradores da Universidade de Maringá e deixou de fora Ponta Grossa e Londrina, fui procurado por esses advogados de Ponta Grossa e também, automaticamente defenderam a idéia que isso também vai beneficiar Londrina, num total de 13. Eu entrei com essa emenda com a intenção de que eles tenham o mesmo direito. Mas, como ela pode vir a prejudicar esse projeto que está em andamento hoje e a minha emenda fará com que tenha que voltar para a CCJ, solicito então à Presidência, conforme acordo que fiz com o Dr. Botto, cujo Presidente Hermas Brandão é nossa testemunha e todos os demais Deputados, de que a mesma condição que hoje têm os advogados de Londrina, das

Universidades, terão também os advogados de Ponta Grossa.

E Londrina, em número de treze, que terão o mesmo direito adquirido por esses advogados de Maringá e que se precisar, que fique registrado nos Anais desta Casa, e se houver necessidade de algum projeto passar por esta Casa, vamos contar com o apoio da maioria dos Deputados que estão presentes neste momento.

Em função desse acordo, para não prejudicar os nossos advogados (e eu estou passando um momento difícil, precisando de bons advogados para me ajudar nessa minha luta contra o Ministério Público e, aliás, enquanto os ladrões estão soltos em Brasília, estão sendo absolvidos, os ladrões deste país, os prefeitos que tiveram responsabilidade, estão sendo enquadrados às vezes, na Lei de Improbidade, por mera perseguição política de alguns membros do Ministério Público, não de todos. (Isso é brincadeira, só para descontrair um pouquinho). Então, em função disso, para não prejudicar os senhores advogados e sabendo do interesse que o Estado tem e eu, como nunca votei contra aumento procedido nesta Casa, todos os aumentos remetidos pelo Governo a esta Casa sempre fui favorável, porque sempre entendi que era de valor e jamais faria isso com os advogados.

Então, em função disso, Sr. Presidente, peço a retirada dessa minha emenda e que se vote, ainda nesta Sessão e em 2ª votação, aprove-se no dia de hoje, esse direito aos nossos advogados do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Tendo em vista a retirada da emenda do referido projeto, o mesmo será incluído na Ordem do Dia da presente Sessão.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 40 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 793/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, autorizando o Poder Executivo a denominar o acesso estadual que liga a BR-369 ao município de Mamborê, como Prefeito Armando Alves de Souza. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 793/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a denominar o acesso estadual que liga a BR-369 ao município de Mamborê, como Prefeito Armando Alves de Souza.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 31.05.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 206/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declarando de Utilidade Pública a Associação de Amigos dos Idosos “Viva a Vida na Terceira Idade”, com sede e foro no município de Castro. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/06, de 24/04/06).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 232/06, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declarando de Utilidade Pública a Associação Cultural Ikebana Ohara-Ryu de Londrina - ACIOL, com sede e foro na cidade de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/06, de 08/05/06).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 732/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/05, fica denominada de José Neves Formighieri o trecho da rodovia BR-467, entre as localidades de Cascavel e Toledo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, denominando de Vereador Miguel Ribeiro Picheth a rodovia PR-364, ligando os municípios de São Mateus do Sul e Comunidade Água Quente no município de Irati. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/06, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declarando de Utilidade

Pública a ARAM - Associação Regional de Assistência ao Menor Guarda Mirim, com sede e foro no município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 197/06

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 7.541, de 11 de dezembro de 1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Regional de Assistência ao Menor Guarda Mirim de Umuarama, com sede e foro no município de Umuarama.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.05.06.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/06, visando adequar o vencimento básico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Há duas emendas da CCJ.

Em votação a Emenda nº 01, ressalvado o projeto.

Aprovada.

Em votação a Emenda nº 02, da CCJ. **Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, antes de ter a justificativa de voto do Projeto nº 269 - e os advogados estavam aguardando e tivemos a compreensão do Deputado Jocelito Canto que retirou a sua emenda, a qual não possibilitaria aprovarmos o projeto no dia de hoje para ser sancionado ou vetado pelo Sr. Governador.

É importante esclarecer que o que foi votado aqui, o Governador mandou o Projeto 269 e eu faço a justificativa do voto dos Deputados de Oposição, pela seguinte razão. Agora, após aprovado de que no Governo existem três carreiras jurídicas, estavam fora apenas os advogados. Fizemos todo esse esforço, os Deputados de Governo e os Deputados de Oposição, para votarmos essa emenda de autoria do Deputado Dobrandino, Líder do Governo e do Deputado Líder da Oposição, em con-

junto com os demais Deputados, porque são 380 pessoas que serão atingidas.

Por esta razão, é importante que os Deputados fiquem atentos, e esperamos que os senhores encaminhem junto ao Governador, para que ele sancione o projeto na sua totalidade. Por que razão? Numa eventualidade de ter o veto dos advogados, teremos que apreciá-lo aqui.

Não é possível, dentro da carreira do Estado, existirem três carreiras jurídicas e deixarmos apenas os advogados.

Quero confessar e me redimir de uma culpa: fui Líder do Governo anterior e também cometemos esse erro. Acho que estamos aqui para corrigi-lo e este Governo poderá corrigir uma grande injustiça, com os advogados que trabalham no Estado.

Por esta razão, peço à Liderança do Governo, hoje exercida pelo Deputado Iensen, que leve este apelo dos Deputados desta Casa, que sancione esse projeto na sua íntegra. Não vete a emenda, porque foi um acordo feito com o Líder Dobrandino onde todos os Parlamentares subscreveram e, certamente, a hora que o Governador tiver sancionado o projeto e esta emenda, ele estará fazendo justiça com os advogados. Porque não é justo você contemplar duas carreiras e deixar apenas uma de fora. Não entendemos e não compreendemos a razão das pessoas que levam essa proposta ao Governador. Porque é claro que ele não tem condições de resolver todos os problemas, então as pessoas que levam as questões a ele, deveria levar esses esclarecimentos, Sr. Presidente, que são três carreiras jurídicas e estávamos dando aumento para duas e deixando os advogados de fora.

Agora, a Assembléia Legislativa, ao aprovar essa emenda, estará corrigindo uma distorção do projeto. Por essa razão, faço um apelo ao Líder do Governo, Iensen, para que leve ao Governador essa justificativa, que é importantíssima e, certamente, nós estamos aqui para corrigir injustiças com a nossa sociedade. Fica aqui o apelo ao Líder Iensen.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) **(Pela Ordem)**

Eu quero mais uma vez, e já foi lembrado pelo Deputado Valdir Rossoni, que o nosso Líder, o Deputado Dobrandino, assinou essa emenda junto com vários Deputados da Base do Governo e a Assembléia Legislativa está fazendo a sua parte e esperamos que o Governo tenha aí as suas justificativas, é claro. Vamos conversar com o Executivo, no sentido de que dentro dessa possibilidade possamos contemplar também os advogados nesse projeto.

Apenas para informar que foi um acordo realizado com o Líder do Governo, com o Líder da Oposição, com as Bancadas, e vamos votar a favor dessa emenda. É importante dizer isso, vamos votar a favor, já votamos na verdade, já aprovamos esse projeto.

Deixar registrado que todos nós estamos unidos nesse mesmo propósito de contemplarmos também os advogados.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Apenas para dizer duas coisas: uma que eu espero, já foi dito pelo Líder do Governo, que não haja o veto, porque se houver, não teremos o tempo hábil, mesmo derrubando esse veto de implantar o processo de reajuste dos advogados pelo prazo dado pela Lei Eleitoral.

Então é fundamental, Sr. Presidente, nós conversamos com V. Exa. ontem e é fundamental que entendamos que se o Governo vetar, mesmo que esta Casa derrube o veto, possivelmente não haverá prazo hábil suficiente para que possamos implantar esse processo ainda este ano.

E a segunda justificativa de voto, acho que tínhamos que votar a favor do projeto que aumenta o salário dos Procuradores, mas faço aqui um apelo ao Líder do Governo. Há seis meses atrás, apresentei um pedido aqui nesta Casa, não foi aprovado, apresentei direto na Casa Civil um pedido de informações para que possamos saber qual é o valor da sucumbência recebido pelos Procuradores do Estado do Paraná entre 88 e 94, quando não havia nenhum amparo legal para que se recebesse. Faz seis meses que estou esperando a resposta.

Estou justificando que votei favorável ao projeto, mas espero que o Governo possa nos informar qual é o valor de 88 a 94 e depois da Lei Orgânica feita pela OAB do Brasil de 94 em diante, porque a partir de 2002 temos o Fundo da Procuradoria que recebe esses valores.

Fica registrado aqui esse pedido mais uma vez para que o Governador possa nos responder.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) **(Justificativa)**

Como eu fui o terceiro Deputado a assinar o projeto, também favoravelmente, quero alertar uma questão para as futuras votações. O Governo argumentou aqui, em relação ao Projeto de minha autoria, que trata dos professores e que vem à pauta logo em seguida, que um dos motivos para não votar, mais importante, é que não tinha o impacto econômico financeiro. Estamos votando a reestruturação da carreira também sem esse impacto. Voto favoravelmente como assinei, aliás, mas que isso não sirva de argumento, Deputado Elio Rusch, Presidente da Comissão de Finanças para que não se vote o projeto dos professores. Quero apenas deixar consignado que votamos vários projetos não só dos Procuradores, das demais carreiras também sem o impacto econômico financeiro que se presume necessário para votação. Votei favoravelmente, mas quero também o compromisso dos Deputados de votarem favoravelmente ao projeto de nossa autoria, que reestrutura a carreira de servidores da educação e também o salário dos professores.

Era isso.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Quero fazer apenas uma ponderação. Tendo em vista o curto espaço de tempo, se tivéssemos uma nova Sessão na sequência para Redação Final desses projetos, amanhã ou sexta-feira a Casa poderia levar ao Executivo e o Executivo teria tempo de sancionar ou vetar e teríamos tempo de analisar o veto ou não em tempo hábil.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Falei agora com o Presidente Hermas Brandão, ele concordou com a realização de mais uma Sessão Extraordinária. Presidente Pedro Ivo, vamos apresentar aqui na Mesa, assinado por quem quiser assinar, requerer uma Sessão Extraordinária para votar em Redação Final esses projetos que visam o aumento salarial.

O Presidente da Casa, Hermas Brandão, já concordou que o senhor pode colocar também o requerimento após o término da votação dos projetos. Esse requerimento é para realização de uma Sessão Extraordinária, liquidando exatamente a questão do aumento. A outra questão é a levantada pelo Deputado André Vargas, só para deixar claro e que fique registrado nos Anais desta Sessão, na Comissão de Finanças o seu projeto já passou, demos o parecer favorável. Que fique bem claro, já liberamos e mereceu parecer favorável, já votamos inclusive na primeira votação aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**ITEM 08**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/06, que dispõe sobre criação e transformação de cargos de provimentos em comissão, da lotação do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/65, que objetiva reestruturar as carreiras do Quadro de Pessoal do Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

2ª Discussão**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 586/05, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, denominado a Rodovia PR-512 de Rodovia da Maçã. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo**.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/06, de autoria do Deputado Ademir Bier, autorizando o Poder Executivo a proceder a reversão da doação, ao patrimônio do município de Marechal Cândido Rondon, dos imóveis urbanos conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1400 de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado**.

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 026/06.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/06, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, efetuar a cessão de uso do imóvel no município de Mandaguari. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo**.

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/06, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel, pelo prazo de 30 anos, ao município de Piraquara. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo**.

1ª Discussão**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/06, de autoria do Deputado Duílio Genari, declarando de Utilidade Pública o Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado**. (Publ. no DA nº 009/06, de 07/03/06).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 071/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública o Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

Requerimentos

SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1403, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1401 e 1402, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 732/05; 093, 197, 269, 271 e 272/06.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 05 de junho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 115/05.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 060 e 230/06.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 750/05.

Levanta-se a Sessão.